



NÍVEL SUPERIOR | MANHÃ

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais:

0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1

1 A palavra sonho significa muitas coisas diferentes: “o
sonho da minha vida” e “meu sonho de consumo” são
expressões usadas pelas pessoas para dizer que pretendem ou
4 conseguiram alcançar algo. Todo mundo tem um sonho, no
sentido de plano futuro. Todo mundo deseja algo que não tem.
Por que será que o sonho, fenômeno normalmente noturno que
7 tanto pode evocar o prazer quanto o medo, é justamente a
palavra usada para designar tudo aquilo que se quer ter?

O repertório publicitário contemporâneo não tem
10 dúvidas de que o sonho é a força motriz de nossos
comportamentos, a motivação íntima de nossa ação exterior.
Desejo é o sinônimo mais preciso da palavra “sonho”. Na área
13 de desembarque de um aeroporto nos Estados Unidos, uma foto
enorme de um casal belo e sorridente, velejando num mar
caribenho em dia ensolarado, sob a frase enigmática: “Aonde
16 seus sonhos o levarão?”, embaixo o logotipo da empresa de
cartão de crédito. Deduz-se do anúncio que os sonhos são
como veleiros, capazes de levar-nos a lugares idílicos,
19 perfeitos, altamente... desejáveis. As equações “sonho é igual
a desejo, que é igual a dinheiro” têm como variável oculta a
liberdade de ir, ser e principalmente ter, liberdade que até os
22 mais miseráveis podem experimentar no mundo de regras
frouxas do sonho noturno, mas que no sonho diurno é
privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico.

25 Entretanto, a rotina do trabalho diário e a falta de
tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos
trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização
contemporânea. É gritante o contraste entre a relevância
28 motivacional do sonho e sua banalização no mundo industrial
globalizado. No século XXI, a busca pelo sono perdido
envolve rastreadores de sono, colchões *high-tech*, máquinas de
31 estimulação sonora, pijamas com biossensores, robôs para
ajudar a dormir e uma cornucópia de remédios. A indústria da
saúde do sono, um setor que cresce aceleradamente, tem valor
34 estimado entre 30 bilhões e 40 bilhões de dólares. Mesmo
assim impera a insônia. Se o tempo é sempre escasso, se
37 despertamos diariamente com o toque insistente do
despertador, ainda sonolentos e já atrasados para cumprir
compromissos que se renovam ao infinito, se tão poucos se
40 lembram de que sonham pela simples falta de oportunidade de
contemplar a vida interior, quando a insônia grassa e o bocejo
se impõe, chega-se a duvidar da sobrevivência do sonho.

43 E, no entanto, sonha-se. Sonha-se muito e a granel,
sonha-se sofregamente apesar das luzes e dos ruídos da cidade,
da incessante faina da vida e da tristeza das perspectivas.

Sidarta Ribeiro. **O oráculo da noite**: a história e a ciência do sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19-20 (com adaptações).

A partir das ideias e da estrutura do texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto discute a noção de sonho vinculando-a à dimensão cultural e social do mundo contemporâneo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O autor discorre sobre o sonho enfocando especialmente, como fatores culturais e sociais, o papel da cultura da publicidade e da indústria do sono sobre essa faculdade humana.
- 2 O texto aponta dois problemas relativos ao sonho: a sua hipervalorização pela cultura consumista e a sua banalização pela indústria da saúde do sono.
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o texto, a publicidade incita a relação entre sonho e desejo, e a indústria do sono banaliza-o mediante uma cornucópia de soluções miraculosas infrutíferas para o combate ao problemas do sono que caracterizam a civilização contemporânea.
- 3 O texto defende que o mal-estar da civilização contemporânea deve-se ao fato de que desejo de consumo e sonho se confundem cada vez mais.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O texto afirma que “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea”.
- 4 A exposição de fatos e argumentos que estrutura o texto caracteriza-o como predominantemente dissertativo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O texto dissertativo é aquele que se ocupa de expor ideias, fatos e argumentos, tal como se verifica, predominantemente, no texto apresentado.
- 5 O texto trata da alteração do significado original da palavra “sonho”, que, com o passar dos anos, assumiu diferentes sentidos, os quais remetem a um plano ou a um desejo no futuro.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Em momento algum do texto, afirma-se que a palavra “sonho” mudou seu sentido original. O que o texto traz de informação é que essa palavra significa muitas coisas que têm em comum o fato de remeterem a um plano futuro ou a um desejo futuro. O que se afirma no item extrapola as informações do texto.

- 6 Depreende-se do texto que a impossibilidade de dormir é uma constante do mundo contemporâneo e compromete quantitativa e qualitativamente a capacidade das pessoas de sonhar.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Embora o texto afirme que a “impossibilidade de dormir é uma constante do mundo contemporâneo” e que essa impossibilidade de dormir (por conta das dificuldades do sono, da falta de tempo para dormir ou das interferências externas no sono) reflita diretamente na (pouca) qualidade do sono e, conseqüentemente, na qualidade dos sonhos, não está de acordo com as ideias do texto a afirmação de que a impossibilidade de dormir comprometa a capacidade das pessoas de sonhar, em termos quantitativos. Como se lê no texto, “Sonha-se muito”. Logo, a capacidade de sonhar não é afetada em seus aspectos quantitativos. Assim, afirmar que esses dois aspectos do sonho são afetados está em desacordo com as ideias apresentadas no texto.
- 7 Conforme o texto, o sonho noturno, por suas características, é um território de liberdade acessível a todas as pessoas.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Segundo o texto, o sonho noturno se caracteriza por “regras frouxas”, as quais permitem que “até os mais miseráveis” experimentem a liberdade de ir, ser e ter. O uso da palavra “até” serve para denotar inclusão, o que mostra que, enquanto, no mundo real, a experiência de ir, ser e ter é restrita, o sonho noturno desfaz essa restrição e permite a todos — inclusive aos miseráveis — experimentarem essa liberdade.
- 8 Segundo o texto, apesar da profusão de produtos para o sono bem como do crescimento rápido da indústria do sono, a recuperação do sono perdido ainda não foi alcançada pela população.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Embora a indústria do sono invista em colocar no mercado inúmeros produtos para o sono e embora essa indústria tenha crescido rapidamente, o seu objetivo, que é o de oferecer o sono perdido que a população tanto busca, ainda não foi alcançado, uma vez que, “Mesmo assim impera a insônia” (l. 35 e 36).

No que se refere aos sentidos do texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 9 O vocábulo “gritante” (l.28) está empregado com o mesmo sentido de **chocante**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “gritante” possui o significado de evidente, claro, óbvio, enquanto “chocante” significa algo que abala, choca, escandaliza, sentido que não condiz com “gritante” no texto original.
- 10 O termo “ainda” (l.38) está empregado no texto com o mesmo sentido de **embora**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “ainda” está empregado como advérbio no texto, com o sentido de “até então, até o momento”. Não tem valor concessivo, portanto não é equivalente a “embora”.
- 11 A palavra “cornucópia” (l.33) está empregada no texto com o sentido de **abundância, profusão, grande quantidade**.
JUSTIFICATIVA: CERTO. No texto, a palavra “cornucópia” significa “abundância”, “profusão”, “grande quantidade”, e se refere à imensa quantidade de remédios que a indústria do sono produz como um dos meios de ajudar as pessoas na sua busca do sono perdido.

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 12 Sem prejuízo da informação originalmente veiculada pelo texto, a forma verbal “acometem” (l.26) poderia ser substituída por **atacam**, dados os sentidos do verbo **acometer** e o contexto em que ele foi empregado no texto.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Os dicionários apontam “atacar” como sinônimo de “acometer”. Dado o contexto, a substituição por esse sinônimo não prejudicaria a informação veiculada, até porque ambas as formas verbais estão flexionadas no mesmo tempo, modo, pessoa e número verbais.
- 13 O uso de reticências no trecho “altamente... desejáveis” (l.19) reforça a expressividade do que o autor deseja sugerir com relação à intensificação da equivalência entre sonho e desejo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. As reticências denotam interrupção ou incompletude do pensamento, ou hesitação em enunciá-lo. No caso, a interrupção sugere uma disposição de intensificação da avaliação subjetiva do autor do texto acerca da relação entre sonho e desejo.
- 14 O trecho “privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico” (l.24) refere-se, textualmente, à “liberdade de ir, ser e principalmente ter” (l.21).
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o texto, a liberdade de ir, ser e ter é, no contexto real, privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico.
- 15 Seriam preservados o sentido original do texto e sua correção gramatical caso o trecho ‘sonho é igual a desejo’ (l. 19 e 20) fosse substituído por **sonhar é igual a desejar**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Haveria incorreção gramatical no trecho reescrito, em virtude do emprego incorreto do acento grave indicativo de crase.
- 16 A retirada da vírgula após a palavra “veleiros” (l.18), apesar de manter a correção gramatical do texto, alteraria seu sentido original.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A omissão da vírgula é gramaticalmente correta e, no período, produz diferença interpretativa em relação à versão original com a vírgula. No original, a sequência “capazes (...) desejáveis” refere-se ao termo “os sonhos”, funcionando como predicativo. Na versão sem a vírgula, a mesma expressão passa a se referir a “veleiros”, funcionando como adjunto.
- 17 A construção “sonha-se”, presente três vezes no último parágrafo do texto, indica que a ação verbal é resultado da intervenção de um agente cuja referência é indefinida.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Em todos os seus usos no último parágrafo, o pronome “se” aparece associado ao uso intransitivo do verbo “sonhar”. Nesse caso, a construção “sonha-se” é uma estrutura de indeterminação do sujeito, a qual tem como efeito sintático a impossibilidade de manifestação do agente responsável pela ação verbal e, como efeito semântico-pragmático, a indeterminação da referência a esse agente.
- 18 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, a forma verbal “são” (l.2) poderia ser substituída por **tratam-se de**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa substituição acarreta dois erros. O primeiro deles é sintático, uma vez que, segundo a gramática normativa, o verbo “tratar”, na expressão “tratar-se de”, é analisado como um verbo impessoal. Sendo impessoal, ele não requer sujeito. O segundo é semântico, uma vez que a expressão “tratam-se de” não é sinônima da forma “são”.

19 No último período do terceiro parágrafo do texto, todas as orações iniciadas pela conjunção “se” poderiam ser introduzidas por **quando**, sem prejuízo do sentido original do texto.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A substituição pela conjunção “quando” alteraria o sentido original do texto, emprestando à relação entre as orações um sentido temporal inexistente no original.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens seguintes.

20 No trecho “quando a insônia grassa e o bocejo se impõe, chega-se a duvidar da sobrevivência do sonho” (l. 41 e 42), o emprego da vírgula é facultativo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A vírgula em questão é obrigatória para separar a oração subordinada, deslocada, da oração principal.

21 A mesma regra de pontuação justifica o emprego de vírgula após as expressões “No século XXI” (l.30) e “A indústria da saúde do sono” (l. 33 e 34).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No primeiro caso, a vírgula se justifica pelo deslocamento do adjunto adverbial de lugar para a posição de tópico da frase e, no segundo, pela necessidade de marcar o início de uma intercalação de um termo explicativo.

22 Na linha 36, o termo “a insônia” exerce função de complemento da forma verbal “imperar”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “a insônia” exerce função de sujeito do verbo em questão.

23 O emprego da expressão “Todo mundo” (l.4) é um recurso de indeterminação do sujeito sintático da oração, dado o seu sentido generalizante.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Ainda que, semanticamente, o termo “Todo mundo” não permita a identificação de um agente específico, em termos sintáticos é ele o sujeito expresso da forma verbal “tem”. Portanto, pela análise sintática, o sujeito da oração é simples e determinado.

24 Nas linhas 25 e 26, os termos “diário” e “de tempo” desempenham a mesma função sintática.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os termos “diário” e “de tempo” não têm a mesma função sintática: “diário” é adjunto de “trabalho”, enquanto “de tempo” é complemento de “falta”.

25 Prejudicaria a correção do texto o deslocamento da forma pronominal “nos”, em “levar-nos” (l.18), para imediatamente antes da forma verbal “levar”— **nos levar**.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Quando o infinitivo é impessoal (isto é, não flexionado) e aparece antecedido de preposição, a próclise e a ênclise são possibilidades igualmente corretas de colocação pronominal.

26 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se inserisse acento indicativo de crase na expressão “a granel” (l.43).

JUSTIFICATIVA: CERTO. A palavra “granel” é masculina e, por essa razão, não pode ser antecida de artigo definido feminino, o que impossibilita o uso do acento grave na expressão “a granel”.

27 No trecho “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea” (l. 25 a 28), o pronome “que” exerce a função de sujeito das formas verbais “acometem” e “são”, as quais estão empregadas no plural porque concordam com o antecedente desse pronome: o sujeito composto “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A explicação para o plural na flexão das duas formas verbais é diferente. Cada verbo encontra-se em uma oração, e as relações de concordância se dão dentro dessas orações. A forma “acometem” encontra-se dentro da oração relativa “que acometem a maioria dos trabalhadores” e, nesse caso, aplica-se a explicação apresentada no item, qual seja, a de que esse verbo concorda com o pronome relativo “que” (l.26), o qual se refere ao sujeito composto “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar” (l. 25 e 26). A forma verbal “são”, por sua vez, encontra-se na oração principal “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar ... são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea”. Nesse caso, não existe pronome relativo na oração; a concordância se dá entre o verbo e o próprio sujeito composto “A rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar”.

No que diz respeito ao espaço urbano do Distrito Federal (DF) e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

28 No que tange ao uso de serviços de saúde, local de estudo e trabalho, a evidente polarização observada entre o Plano Piloto e as regiões administrativas do DF é igualmente presente entre Brasília e todos os municípios da RIDE, devido a sua dependência econômica em relação à capital, de modo que eles mantêm o perfil de cidades-dormitórios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Segundo estudos da polarização da RIDE, verifica-se que a polarização é menos elevada entre determinados municípios da RIDE e Brasília, considerada média em Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina e Padre Bernardo, e baixa em Formosa, Cristalina, Luziânia, Alexânia e Cocalzinho de Goiás. A polarização é mais elevada em Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental.

29 Com o plano urbanístico de Brasília, Lúcio Costa pretendia que as superquadras fossem lugares livres dos preconceitos sociais que normalmente existem na classe média das cidades brasileiras, contudo, na prática, a formação espacial de Brasília contém os mesmos traços característicos dos processos sociais que evidenciam o caráter desigual e excludente das formações dominadas por relações capitalistas de trabalho em outras grandes cidades brasileiras.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Apesar do planejamento urbanístico para Brasília e do discurso desenvolvimentista da época, na prática a cidade apresenta as mesmas contradições das outras grandes cidades brasileiras, tais como formação de área metropolitana com periferias empobrecidas e seletividade espacial, ou seja, segregação das classes sociais.

30 O espaço urbano do DF acumulou, nas últimas décadas deste século, um déficit habitacional principalmente entre as classes de baixa renda e, para atender a demanda dessas famílias, tem adotado programas habitacionais, sendo exemplo disso o empreendimento Jardins Mangueiral, desenvolvido por parceria público-privada na região administrativa de São Sebastião como modelo de atendimento para a classe de menor rendimento da Unidade de Planejamento Territorial Leste (UPT).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O empreendimento Jardins Mangueiral privilegiou o atendimento para as classes de rendimento mediano e de menor déficit habitacional. Visou os não residentes das RA empobrecidas da UPT Leste. O projeto foi voltado à realização de habitação de mercado.

31 O tombamento de Brasília foi concedido em 1987 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tornando-se a capital federal detentora da maior área tombada do mundo e único bem contemporâneo a receber tal distinção. Para a preservação desse bem, existe o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que define, além dos planos de desenvolvimento local, diversos planos de desenvolvimento e de uso e ocupação do solo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O tombamento de Brasília, concedido pela UNESCO em 1987, prevê a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, único bem contemporâneo tombado no mundo. Para sua preservação, foi necessária a definição territorial da área tombada, conforme o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

No contexto da Independência do Brasil (1822), importantes personalidades, como José Bonifácio e Hipólito da Costa, já defendiam a transferência da capital para o interior do país. Na República, as Constituições de 1891, 1934 e 1946 tratavam do tema. Todavia, só na segunda metade dos anos 50 as obras da nova sede político-administrativa do Brasil foram implementadas no Planalto Central. A inauguração de Brasília se deu em 21 de abril de 1960.

Considerando aspectos marcantes do processo de transferência da capital brasileira para o interior do país e de sua consolidação como sede dos Poderes da República, ao longo de seis décadas, julgue os itens seguintes.

32 Historicamente, dois argumentos foram utilizados para justificar a necessidade de transferência da capital brasileira do litoral para o interior do país: inicialmente, o da defesa, pois isso a tornaria menos suscetível a ataques pelo mar; mais tarde, a possibilidade de promover a interiorização do desenvolvimento nacional pela ocupação de áreas do vasto território até então negligenciadas.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A ideia da mudança da capital é tão antiga quanto a existência do Brasil independente. As justificativas variavam com o tempo, mas ganhou força o papel de indutor da interiorização do desenvolvimento a partir da Era Vargas (“Marcha para o Oeste”).

33 A construção de Brasília, no governo Juscelino Kubistchek de Oliveira, não ficou imune à ação oposicionista, tendo a oposição à mudança da capital sido liderada pela seção goiana da União Democrática Nacional (UDN), contrária à cessão de parte do território de Goiás para o novo Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Na UDN, a seção do Partido em Goiás foi exceção ao apoiar entusiasticamente a decisão de JK (que era do PSD) de transferir a capital para o coração do País.

34 Tendo por objetivo a articulação da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, Lei Complementar de 1998 criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), acompanhada do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme a Lei Complementar n.º 94.

35 A inexistência de conflitos e de eventuais confrontos entre os trabalhadores, principalmente os operários — conhecidos como candangos —, e as forças de segurança foi nota de destaque ao longo dos trabalhos de construção da nova capital.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os candangos foram a maioria absoluta dos trabalhadores que edificaram Brasília. Choque e confrontos aconteceram em bom número, um dos quais ficou conhecido como massacre.

Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

36 Servidor público aposentado no ano de 2015 pode ser revertido, voluntariamente, ao serviço público até o ano de 2020, desde que haja cargo vago e interesse da administração manifestado expressamente em edital.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A reversão pode ocorrer voluntariamente, se houver interesse da administração e cargo vago, quando decorridos menos de cinco anos da aposentadoria. Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 34. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: (...) III – voluntariamente, desde que, cumulativamente: a) haja manifesto interesse da administração, expresso em edital que fixe os critérios de reversão voluntária aos interessados que estejam em igual situação; b) tenham decorrido menos de cinco anos da data de aposentadoria; c) haja cargo vago.”

37 Servidor público que acumule dois cargos em comissão — um deles interinamente — e que venha a exercer cumulativamente as atribuições de ambos fará jus ao acúmulo remuneratório dos cargos, mesmo no período da interinidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No período do exercício dos dois cargos, o servidor deverá optar pela remuneração de um deles.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 15. O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo em comissão, hipótese em que deve: I – acumular as atribuições de ambos os cargos; II – optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.”

38 Servidor público que acumular ilegalmente cargos públicos, mesmo que de boa-fé, estará sujeito à sanção de demissão.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A sanção de demissão é prevista para servidor público que tenha agido com má-fé comprovada. Em caso de boa-fé, a sanção cabível é a exoneração.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 48. Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, o servidor deve ser notificado para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação. (...) § 6º Caracterizada no processo disciplinar a acumulação ilegal, a administração pública deve observar o seguinte: I – reconhecida a boa-fé, exonerar o servidor do cargo vinculado ao órgão, autarquia ou fundação onde o processo foi instaurado; II – provada a má-fé, aplicar a sanção de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos ou empregos em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação devem ser comunicados.”

39 Servidor público ocupante de cargo efetivo faz jus a três meses de licença-servidor a cada cinco anos de efetivo serviço; porém, se o servidor faltar por mais de trinta dias durante o período aquisitivo, sem apresentar justificativa, a contagem do prazo para aquisição é interrompida, retardando-se a concessão do benefício na proporção de um dia para cada falta que exceder a esse período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A contagem do prazo é interrompida na proporção de um mês para cada falta injustificada que o servidor tiver durante o período aquisitivo. Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 139. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a 3 meses de licença-servidor, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive da retribuição do cargo em comissão, função de confiança ou função gratificada escolar (FGE) que eventualmente exerça.

Art. 140. A contagem do prazo para aquisição da licença-servidor é interrompida quando o servidor, durante o período aquisitivo: I – sofrer sanção disciplinar de suspensão; II – licenciar-se ou afastar-se do cargo sem remuneração.

Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardam a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.”.

40 Servidor público cujo local de trabalho habitual seja insalubre e lhe gere risco de vida faz jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, porém deve optar por apenas um deles, já que são benefícios inacumuláveis.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deve optar por um deles.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 79. O servidor que trabalha com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida faz jus a um adicional de insalubridade ou de periculosidade.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade tem de optar por um deles.”.

Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal e no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, julgue os itens seguintes.

41 A criação de região administrativa por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais dispensa a aprovação de nova lei para criação de conselho tutelar dessa mesma região.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A criação de região administrativa por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais cria automaticamente o conselho tutelar para a respectiva região. Lei Orgânica do Distrito Federal: “Art. 13. A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais. Parágrafo único. Com a criação de nova Região Administrativa, fica criado, automaticamente, Conselho Tutelar para a respectiva região. (Parágrafo acrescido pela Emenda à Lei Orgânica n.º 83, de 2014)”.

42 Secretário executivo de secretaria de estado do Distrito Federal pode exercer, de forma não remunerada, encargo de mandatário, desde que isso não implique a prática de atos empresariais.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O exercício não remunerado de secretário executivo de encargo de mandatário pode ocorrer, desde que não implique a prática de atos empresariais.

Decreto n.º 37.297/2016:

“ANEXO I

Art. 1º Fica instituído o Código de Conduta da Alta Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, cujas normas aplicam-se às seguintes autoridades: I – Secretários de Estado, Secretários de Estado Adjuntos, Secretários Executivos e Subsecretários, bem como cargos de natureza equivalente;

(...)

Art. 17. É permitido à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função.”.

43 Servidor público da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no exercício da sua função, deixar de tratar com urbanidade e cordialidade cidadão que procurar o órgão para apresentar requerimento administrativo estará sujeito a responder pela sua conduta perante a comissão de ética do órgão, que poderá aplicar-lhe a penalidade de censura ética ou suspensão do cargo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A penalidade prevista no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo é de censura ética, não estando prevista a suspensão do cargo público.

Decreto n.º 37.297/2016:

“ANEXO II

(...) Art. 6º É dever do servidor ou empregado público: I – agir com cordialidade, urbanidade, disponibilidade e atenção com todos os usuários do serviço público; (...)

Art. 12. A violação aos dispositivos estabelecidos no presente Código enseja ao servidor ou empregado público infrator a aplicação de censura ética.”.

Com base no disposto no Decreto distrital n.º 36.756/2015 que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), julgue os itens a seguir.

44 A fim de evitar o vazamento de informações sigilosas, o SEI contempla, entre os seus objetivos, o de limitar o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O inciso IV do art. 2º do Decreto distrital n.º 36.756/2015 apresenta como um dos objetivos do SEI a facilitação do acesso à informação.

45 O órgão gestor do SEI é a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem cabe garantir recursos de tecnologia da informação, equipe técnica especializada, recursos materiais e estrutura de gestão para a manutenção e a sustentação do sistema.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Arts. 3.º-A e 5.º, inciso X, do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

46 O SEI é o sistema oficial de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos e digitais no âmbito dos órgãos e das entidades do Distrito Federal, sendo vedada qualquer iniciativa de implantação de sistema semelhante e com o mesmo propósito.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 1.º, combinado com seu § 1.º, do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

À luz da Lei Complementar n.º 395/2001 que trata da organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, julgue os itens subsequentes.

- 47 A lei prevê que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal seja chefiada pelo procurador-geral, que é escolhido pelo governador do Distrito Federal, dentre os procuradores do Distrito Federal em atividade, devendo ser aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 48 O procurador-corregedor será eleito em escrutínio secreto dentre os membros da carreira de procurador do Distrito Federal e nomeado pelo governador do Distrito Federal para mandato de dois anos, permitida a recondução por um único período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante dispõe o art. 8.º da Lei Complementar n.º 395/2001, o procurador-corregedor será nomeado pelo governador do Distrito Federal, por indicação do procurador-geral do Distrito Federal.

- 49 O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal é composto pelo procurador-geral, que o preside, e por dez membros titulares e dez suplentes.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 10, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 50 O titular da Procuradoria-Geral do Distrito Federal possui as mesmas prerrogativas, direitos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante dispõe o art. 3.º da Lei Complementar n.º 395/2001, “a Procuradoria-Geral do Distrito Federal é equiparada, para todos os efeitos, às secretarias de estado e seu titular tem as prerrogativas, direitos e vantagens de secretário de estado”.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos princípios e das abordagens da administração clássica à administração contingencial e dos assuntos referentes a processo de planejamento, julgue os itens subsequentes.

- 51 A criação de cadeias de comando, de descentralização de atividades e de assessoramento técnico são funções administrativas originárias da abordagem contingencial em razão do crescimento das organizações e do aumento da competitividade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Divisão do trabalho, departamentalização funcional, cadeia de comando, descentralização, assessoria e outros princípios de organização são perenes. O crescimento das organizações, o aumento da competitividade e a necessidade de inovar continuamente, entre outros fatores, forçaram o desenvolvimento de soluções estruturais que renovaram os princípios clássicos, sem, no entanto, revogá-los. Portanto, a afirmativa está errada, pois as cadeias de comando, de descentralização e de assessoramento existem desde o início do século XX. A abordagem contingencial tem como referência a década de 60 do século passado.

- 52 Caracteriza-se como visão organizacional de uma instituição pública, por exemplo, a iniciativa de tornar-se referência em resolutividade judicial e redução da litigiosidade bem como o objetivo de ser reconhecida por sua integridade e sua eficiência em consultoria jurídica.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A visão da PGDF consiste em “Ser referência em resolutividade judicial e redução da litigiosidade com excelência técnica e ser reconhecida na administração pública do Distrito Federal como instituição estratégica íntegra, parceira e inovadora, por meio de consultoria jurídica eficiente e tempestiva que promova soluções legais, éticas e propositivas”. Visão é a imagem que a organização tem a respeito de si mesma e de seu projeto de futuro. É o ato de se ver no tempo e no espaço. Portanto, a afirmativa está correta, já que a visão da PGDF traz, no teor do texto, os elementos que compõem a visão organizacional.

- 53 O orçamento anual com despesas de pessoal de um único departamento é considerado um plano estratégico, pois impacta o planejamento global da organização.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A estratégia é definida no nível institucional, representa o comportamento global e molar da organização e é voltada para o futuro da organização, ou seja, está voltada para o longo prazo. Ela define o destino que a organização pretende alcançar. Após ser definida a estratégia, posteriormente ela é desdobrada em planos táticos específicos que deverão ser desenvolvidos e executados pelos diversos órgãos situados no nível intermediário da organização. Cada plano tático, por sua vez, é desdobrado em planos operacionais específicos que serão executados pelo nível operacional da organização. Dessa forma, a afirmativa está errada, pois se refere a um planejamento de curto prazo por ser anual e ocorre no âmbito de um departamento, caracterizando um plano operacional.

- 54 Na metodologia BSC (*balanced scorecard*), objetivos estratégicos que se correlacionam com gestão de pessoas e conhecimentos em tecnologia da informação estão contemplados na perspectiva interna do mapa estratégico.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. São 4 perspectivas distintas que existem em um mapa estratégico: 1 – Financeira, 2 – Mercadológica, 3 – Processos internos ou interna, 4 – Aprendizado e Crescimento. Na metodologia BSC, a perspectiva interna ou de processos internos cria e cumpre a proposição de agregar valor para os clientes. Trata-se de processos internos. A perspectiva de aprendizado e crescimento descreve como pessoas, tecnologia e clima organizacional se conjugam para sustentar a estratégia e são considerados como suporte à organização. Portanto, a afirmativa está errada por se tratar de objetivos que integram a perspectiva de aprendizado e crescimento.

- 55 Caracteriza um sistema de especialização vertical a situação em que a estrutura organizacional da instituição apresenta uma cadeia de comando hierarquizada que segue a ordem: empregados, coordenadores, gerentes e diretores.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Existem dois caminhos para se abordar a estrutura organizacional: a especialização vertical e a horizontal. A vertical conduz aos níveis de hierarquia, e a horizontal às áreas de departamentalização ou divisionalização. Portanto, a afirmativa está certa, pois se trata de uma estrutura verticalizada.

- 56 Embora seja uma oportunidade para corrigir possíveis falhas, o foco do processo de avaliação de desempenho organizacional deve ser o fortalecimento do êxito alcançado, a fim de se sustentar as melhores práticas.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Avaliação de desempenho é a segunda etapa do processo de controle. Para se avaliar o desempenho, deve-se conhecer algo a respeito do desempenho e do seu passado. O propósito é verificar se os resultados estão sendo alcançados e quais as correções necessárias a serem feitas. A mensuração pode ser tanto um motivador como uma ameaça às pessoas. Quando focalizada nas falhas e nos erros, a mensuração impede de ver o sucesso. As pessoas prestam atenção naquilo que é mensurado. Obviamente, o sistema de medição do desempenho deve atuar mais como reforço do bom desempenho, e não simplesmente como uma tentativa de correção do mau desempenho.

No que se refere a aspectos de gestão de pessoas, julgue os itens que se seguem.

- 57 Tendo em vista a inviabilidade na proibição ao acesso a determinadas plataformas no âmbito profissional, recomenda-se a elaboração de estratégias para, por exemplo, promover a conscientização dos profissionais sobre a necessidade de conciliação do acesso a determinadas plataformas e a produtividade desejável.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Tecnologia *versus* Produtividade é um dos grandes desafios da Gestão de Pessoas. A proibição sumária de acesso a essas plataformas é inviável, visto que as pessoas podem acessá-las por meio de dispositivos móveis pessoais. Sendo assim, a melhor saída é conscientizar os profissionais a respeito do uso responsável dessas tecnologias, orientando-os a utilizarem essas soluções em prol de suas atividades laborais, deixando o lazer e a distração para os momentos propícios a isso. Para tanto, uma comunicação interna eficiente é fundamental. Portanto, a afirmativa está certa.

- 58 Se um empregado que ocupe uma função técnica for promovido para uma função gerencial dentro de um departamento distinto do que atua, esse empregado será submetido a um processo de recrutamento interno horizontal. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O recrutamento interno ocorre quando a empresa procura preencher determinada vaga por meio de remanejamento de seus empregados que podem ser promovidos (movimentação vertical) ou transferidos (movimentação horizontal) ou, ainda, transferidos com promoção (movimentação diagonal). Nesse caso, o empregado teve uma movimentação diagonal, pois foi transferido com promoção. Portanto, a afirmativa está errada, embora seja um recrutamento interno.
- 59 A enumeração das tarefas desempenhadas pelo ocupante de um determinado cargo compõe o processo descrição de cargos. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** A descrição de cargos é um processo que consiste em enumerar as tarefas ou as atribuições que compõem um cargo e que o torna distinto de todos os demais existentes na organização. A descrição de cargos representa o detalhamento das atribuições ou tarefas e os objetivos do cargo. Portanto, a afirmativa está certa.
- 60 Devido ao fato de garantir a aprendizagem significativa, as metodologias de ensino virtuais são atualmente consideradas as mais eficazes para a capacitação dos empregados nas organizações. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Todas as organizações, em todos os níveis, precisam experimentar como integrar o aprendizado presencial e o virtual, a fim de garantir uma aprendizagem significativa. Podemos encontrar na educação novos caminhos de integração do humano e do tecnológico, do racional, do sensorial, do emocional e do ético, por meio da integração do presencial e do virtual. Mesmo com tecnologias de ponta, ainda temos grandes dificuldades no gerenciamento emocional, tanto pessoal como organizacional. No entanto, não se pode afirmar qual é a melhor metodologia, é necessário testar e aplicar a metodologia mais eficaz para cada contexto. Portanto, a afirmativa está errada.
- 61 Em um processo de gestão de desempenho, o avaliador deve se corresponsabilizar pela elaboração do plano de desenvolvimento do empregado avaliado. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Em um processo de gestão do desempenho, o empregado avaliado deve ter conhecimento claro e objetivo sobre os resultados do seu desempenho. Devem ser salientados os pontos fortes e os fracos, comparando-os com o padrão de desempenho esperado. Ambos, avaliador e avaliado, devem discutir sobre as providências e os planos para melhor desenvolver as aptidões de quem está sendo avaliado. Portanto, a afirmativa está certa.
- 62 As competências individuais e organizacionais são evidenciadas de maneira independente no ambiente corporativo e convivem de maneira paralela sem influência mútua. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Uma vez que as competências individuais formam a base para as competências organizacionais, pode-se considerar que elas se influenciam mutuamente, de modo que a organização prepara as pessoas para enfrentar novas situações dentro da própria organização ou mesmo em sua vida pessoal, enquanto o indivíduo oferece à organização o seu aprendizado, de modo que também a organização desenvolva as condições necessárias para enfrentar os novos desafios. Essas ideias reforçam a concepção de competência organizacional constituída a partir de recursos e de que a competência agrega valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.
- No que se refere à gestão da qualidade em organizações, julgue os itens a seguir.
- 63 A qualidade total engloba ações que envolvem o nível estratégico da organização, o nível operacional e os fornecedores. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** A qualidade total prevê o controle da organização de forma inteira, comportando níveis operacionais, táticos e institucionais. Isso abrange desde fornecedores até clientes.
- 64 Embora preveja ações orientadas a vários níveis organizacionais, o escopo da qualidade total se limita às fronteiras intraorganizacionais. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A qualidade total envolve todas as dimensões intraorganizacionais e extraorganizacionais, desde os fornecedores até os clientes finais.
- 65 O controle estatístico de qualidade é orientado às áreas estratégicas da organização, ao passo que a qualidade total abrange ações para os ambientes interno e externo da organização. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O controle estatístico de qualidade é aplicável apenas ao nível operacional e à área de produção e manufatura, enquanto a qualidade total estende o conceito de qualidade a toda a organização.
- 66 Ao aplicar técnicas de qualidade total, pode-se inserir uma etapa de prospecção de *benchmarks* para identificar boas práticas de sucesso a serem incorporadas à organização. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Em efeito, o ciclo da Qualidade Total prevê uma etapa de identificação de *benchmarks* para buscar um padrão de excelência que poderá ser dominado e replicado, podendo ser interno ou externo.
-
- Acerca da gestão de processos e de projetos em organizações, julgue os itens subsequentes.
- 67 A gestão de projetos se caracteriza por ter prazo determinado, ao passo que a gestão de processos é realizada de forma contínua na organização. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Projetos possuem objetivo autônomo, no sentido de que tem começo e fim, sendo sua gestão por período específico.
- 68 O ciclo de vida de um projeto compreende o conjunto de funções gerenciais envolvido em sua execução. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Há a distinção entre o ciclo de vida do projeto, que envolve a sequência de fases do projeto, e o seu processo gerencial, o qual envolve as funções gerenciais envolvidas.
- 69 Gerenciamento de programas e gestão da maturidade organizacional são exemplos de atividades contempladas na gestão de projetos no nível operacional. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Gerenciamento de programas e gestão da maturidade organizacional realmente são tarefas admitidas no escopo da gestão de projetos, mas não se inserem no nível operacional. Tarefas em nível operacional seriam, por exemplo, aquelas com foco nos processos, nas técnicas e nas ferramentas de projetos específicos, individuais.

70 A gestão de processos engloba processos primários, os quais se referem à realização de pesquisa básica e aplicada para gerar novos produtos ou serviços a serem disponibilizados no mercado.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A gestão por processos prevê os processos primários (ou centrais), mas sua definição está equivocada no item. Na verdade, processos centrais são aqueles que se relacionam diretamente à transformação de insumos visando atender a demandas internas ou externas da organização.

71 Na gestão de processos, os processos de apoio podem objetivar medir o desempenho dos processos centrais.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De fato, os processos de apoio são aqueles que sustentam os processos centrais ou medem seu desempenho.

No que se refere à gestão financeira e sua aplicação às organizações, julgue os itens subsequentes.

72 O Demonstrativo de Lucros e Perdas (L&P) pode ser utilizado para comparar projeções realizadas e resultados efetivamente auferidos pela organização.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Demonstrativo de Lucros e Perdas (L&P) pode ser usado para comparar a L&P originalmente estabelecida a título de orçamento com o resultado efetivamente obtido, seja por uma unidade em específico ou por toda a organização em um período preestabelecido.

73 Denomina-se como retorno sobre o investimento (ROI) a medida dos ganhos obtidos por uma organização em relação ao investimento de capital realizado.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O ROI é o retorno sobre o investimento e mede o sucesso, seja ele absoluto ou relativo da organização considerando seus ganhos em relação ao investimento de capital realizado.

74 O *break-even point*, ou ponto de equilíbrio, expressa o nível de lucros auferido por uma organização em função das vendas realizadas.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O ponto de equilíbrio “é a proporção entre as entradas e as saídas. Constitui o ponto em que não há lucro nem prejuízo, onde as contas se tornam zero e se equilibram”. Assim, não há que falar em nível de lucros, ao contrário do que se afirma o item.

Acerca das reformas administrativas, do paradigma pós-burocrático, do papel do Estado regulador e dos processos participativos de gestão pública, julgue os itens subsequentes.

75 A administração pública gerencial orienta a ação do Estado ao cidadão-cliente e prioriza o controle de procedimentos em detrimento do controle global de resultados.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Entre as características da administração pública gerencial, que também vem sendo chamada de nova administração pública, destacam-se os seguintes aspectos: a) orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente; b) ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle dos procedimentos). Portanto, a afirmativa está errada, pois é priorizado o controle global de resultados ao invés dos procedimentos.

76 O paradigma pós-burocrático partiu da crença de que todas as práticas burocráticas eram inadequadas e deveriam ser eliminadas em um futuro modelo de gestão administrativa.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O paradigma pós-burocrático constitui um meio-termo entre a gestão pública burocrática e a administração gerencial. A afirmativa está errada, pois nem todas as práticas eram consideradas inadequadas.

77 Ao definir regras ou padrões a serem seguidos em prestação de serviços essenciais à população, o Estado exerce seu papel de regulador.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O exercício do poder coercitivo e regulador do Estado fundamenta-se na necessidade de garantia de padrões aceitáveis e previsíveis para a prestação de serviços à sociedade, que livremente o mercado por si não é capaz de garantir.

78 A participação popular na elaboração de políticas públicas constitui uma forma de legitimação das ações governamentais pelos cidadãos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Ao contar com a sociedade na elaboração das políticas públicas, há maior chance de elas serem consistentes e eficazes, melhorando o desempenho administrativo. Por isso, essa nova estratégia de governar compreende que é imprescindível, para uma boa administração, manter os cidadãos ao seu lado.

79 Os conselhos municipais, denominados conselhos de políticas públicas, atuam em áreas como assistência social e segurança e constituem formas de participação popular na gestão pública.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Também chamados de conselhos de políticas públicas, os conselhos municipais são uma importante forma de incentivar a participação popular para uma gestão pública mais eficiente e em prol dos cidadãos. Estes grupos atuam em áreas como saúde, atendimento ao idoso e a pessoas com deficiência, educação, direitos da mulher, assistência social, segurança, entre outros, e têm como papel a mediação entre a população e o governo, com intuito de formular políticas públicas do município em diferentes áreas.

Julgue os próximos itens, relativos a transparência, *accountability*, gestão por resultados, comunicação e administração de pessoal.

80 A administração pública aplica o princípio da transparência, pois sempre emprega uma linguagem objetiva e compreensível na disponibilização das mais diversas informações ao cidadão.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Para o cidadão, mesmo com o quantitativo de informações colocadas a sua disposição, as dificuldades começam pelo linguajar tecnicista empregado nas informações. A administração pública possui vocabulário singular, distante do cidadão — o sentido de diversas expressões coloca-se como obstáculo básico ao entendimento dos resultados proporcionados pelas ações governamentais em prol da sociedade.

- 81** A responsabilização dos gestores públicos pelos resultados decorrentes do uso de recursos públicos insere-se no contexto de *accountability*.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Um dos objetivos dos regimes democráticos é aumentar a responsabilização dos governantes. *Accountability* pode ser entendido como a capacidade do sistema político de prestar contas de seus compromissos junto aos cidadãos, incluindo a utilização de boas práticas de gestão e a responsabilização pelos atos e resultados decorrentes da utilização dos recursos públicos.
- 82** Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas é definido de forma discricionária pelo gestor público.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Em qualquer modelo de gestão por resultados, os objetivos, os indicadores e as metas a serem atingidas deverão ser definidos de acordo com a missão e a visão institucionais. A execução e os resultados alcançados devem ser monitorados e comparados com os previamente estabelecidos. Nesse contexto, o planejamento estratégico deve orientar a atuação administrativa.
- 83** As redes de comunicação entre os órgãos governamentais e outras esferas administrativas são importantes para alinhamento e compartilhamento de informações.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Rede é uma estrutura de organização capaz de reunir pessoas e instituições em torno de objetivos comuns. Sua base da formação é o compartilhamento da informação. Os autores expõem que o conjunto de redes do governo matricial envolve alinhamento horizontal e vertical. No alinhamento horizontal, as redes podem conter ligações simples, quando programas intra-setoriais são implementados por uma única organização, ou podem ser ligações complexas, em que os programas multisetoriais são implementados por múltiplas organizações, incluindo entidades não governamentais e entes de outras esferas do governo.
- 84** A adoção de concursos públicos favorece a geração de empreendedorismo no serviço público em paridade com a iniciativa privada.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A Constituição Federal de 1988 ao institucionalizar o Regime Jurídico Único, iniciou o processo de uniformização do tratamento de todos os servidores da administração direta e indireta. Dessa forma, embora os concursos públicos favoreçam a entrada de pessoas mais empreendedoras, ainda existe o impedimento de contratações no mercado, o que não torna o setor público paritário ao setor privado.
-
- A respeito de administração pública, julgue os itens a seguir.
- 85** A carta-convite para compras governamentais pode ser enviada para apenas um interessado, em circunstâncias excepcionais.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Em circunstâncias normais, a carta-convite deve ser enviada, no mínimo, para três interessados. Não obstante, caso haja manifesto desinteresse em determinada compra ou por limitação do mercado devidamente justificada, a administração pode enviar a carta-convite para um número de interessados menor que o padrão.
- 86** A governabilidade de um Estado depende de sua governança, ou seja, só há governabilidade se houver governança.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Governabilidade diz respeito à legitimidade de determinado governo, à sua capacidade política de governar. Governança é a capacidade administrativa de executar as políticas públicas. Um governo pode ter legitimidade para governar, enquanto, simultaneamente, é desorganizado ao ponto de não conseguir implementar suas políticas. Nesse caso, haveria governabilidade, mas não governança.
- 87** Instituição hospitalar constituída por pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos pode ser classificada como organização da sociedade civil de interesse público se mantiver programa de distribuição gratuita de remédios.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Uma vez que a instituição hospitalar tenha fins lucrativos e, portanto, distribua excedentes operacionais entre seus sócios, a lei exclui expressamente a possibilidade de classificação de instituição como OSCIP.
- 88** O alcance das metas físico-financeiras de determinada política pública garante a efetivação das mudanças desejadas na sociedade.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Se houver um problema a ser resolvido na sociedade e a política pública adotada com a intenção de resolver tal problema partir de um diagnóstico errado sobre as causas do problema, as mudanças desejadas na sociedade não ocorrerão. Para que uma política pública seja eficaz, não basta que suas metas sejam atingidas. É preciso também que ela incida sobre as variáveis sociais corretas.
- 89** A relevância é uma das propriedades fundamentais dos indicadores de um sistema de formulação e avaliação de programas.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A propriedade da relevância determina se os indicadores respondem à demanda de monitoramento da agenda governamental de prioridades definidas em áreas temáticas centrais.
- 90** Os indicadores utilizados na avaliação das políticas públicas podem ser simples ou compostos.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Os indicadores de desempenho das políticas públicas são considerados simples quando são construídos a partir de uma estatística específica e referem-se a uma dimensão social elegida. Os indicadores compostos, por sua vez, são elaborados mediante a aglutinação de dois ou mais indicadores simples, referentes a uma mesma ou diferentes dimensões da realidade.
-
- A respeito da Lei de Acesso à Informação e da Lei da Transparência, julgue os itens seguintes.
- 91** O fato de a informação ser coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, é suficiente para que essa informação seja considerada íntegra.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Nos termos do art. 4.º, incs. VIII e IX, da Lei n.º 12.527/2011, a integridade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino. A coleta na fonte com o máximo detalhamento possível caracteriza a primariedade da informação. No caso descrito pelo item, a integridade não estaria garantida, uma vez que nada se falou sobre a qualidade da informação não modificada.
- 92** A administração pública pode recusar determinado pedido de informações protocolado sem a identificação do requerente.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O procedimento de acesso à informação estabelecido pelo art. 10 da Lei n.º 12.527/2011 prevê como requisitos básicos de validade do pedido de informações a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- 93** As informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser prestadas tão logo estejam disponíveis.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Entre os mecanismos que asseguram a transparência, estabelecidos pelo art. 1.º da Lei Complementar n.º 131/2009, inclui-se a liberação de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em tempo real e em meios eletrônicos de acesso público.

- 94 Em respeito ao direito de privacidade, a identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária de pagamentos de despesas públicas não deve ser publicada.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Nos termos do art. 2.º da Lei Complementar n.º 131/2009, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso aos dados de despesas públicas referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, bem como à identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento.

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 95 Recurso financeiro de propriedade de terceiros e colocado sob a custódia do Estado deve ser excluído do cômputo de receitas públicas.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Mesmo quando o recurso financeiro ingressa no Tesouro público apenas em caráter temporário, sendo o Estado mero depositário, registra-se uma receita de caráter extraorçamentário. O referido registro determina que a execução da respectiva receita não depende de autorização do orçamento.
- 96 A receita de um novo imposto instituído pela União poderá ser vinculada a fundo especial de natureza contábil.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O princípio orçamentário da não afetação da receita de impostos, estabelecido pelo art. 167, inc. IV, da Constituição Federal de 1988, proíbe a vinculação descrita no item.
- 97 A alteração da alíquota de determinado tributo pode entrar em vigor ainda que não tenha sido autorizada pela lei de diretrizes orçamentárias.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 165, § 2.º, que a LDO deve dispor sobre as alterações na legislação tributária, mas não condiciona a entrada em vigor dessas alterações a uma autorização específica, mesmo porque a LDO é aprovada no final do primeiro semestre de cada ano e as alterações tributárias podem ocorrer até o final do ano.
- 98 A receita pública excluída do cálculo do resultado primário será classificada como financeira, segundo o critério de identificador do resultado primário.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Quando a receita faz parte do cálculo do resultado primário, é classificada como primária, enquanto a receita que não faz parte desse cálculo é classificada como financeira.

Acerca dos mecanismos de administração do orçamento, julgue os itens que se seguem.

- 99 O crédito especial é o único tipo de crédito adicional cuja vigência fica restrita ao exercício financeiro em que for aberto, independentemente das circunstâncias.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Na verdade, é o crédito suplementar, cuja vigência fica restrita ao respectivo exercício financeiro, em qualquer caso. Os outros dois tipos — crédito especial e extraordinário — podem ter sua vigência estendida além do exercício financeiro original, se o respectivo ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício.
- 100 A unidade gestora que precisar descentralizar uma parcela de seus créditos orçamentários a outra unidade, em estrutura administrativa diversa, deve efetuar um destaque.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O destaque é a descentralização de créditos feita entre unidades gestoras de estruturas administrativas diferentes, enquanto a provisão é feita entre unidades gestoras do mesmo órgão.

- 101 As receitas e despesas financeiras decorrentes da concessão ou tomada de empréstimos integram o resultado primário do setor público usado como meta fiscal para efeito de acompanhamento da execução do orçamento.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O próprio conceito de resultado primário do setor público exclui as receitas e despesas financeiras, que só farão parte do resultado operacional.

- 102 A alteração orçamentária qualitativa implica necessariamente a criação de uma nova ação.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A criação de uma nova ação é inerente à alteração orçamentária qualitativa. O que caracteriza determinada alteração orçamentária como qualitativa é justamente a inexistência de previsão no orçamento original de uma ação específica para a despesa que se quer acrescentar.

Em determinado ano, a média de receita corrente líquida de determinado ente federativo municipal foi de 1 milhão de reais, não computado o valor de indenização por demissão pago a um dos servidores da prefeitura, no montante de 100 mil reais. No mesmo período, a média da despesa com pessoal foi de 550 mil reais.

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens, com base nas determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- 103 Para fins da determinação do limite de despesa total com pessoal, o ente federativo municipal deve determinar os mesmos percentuais da receita corrente líquida estabelecidos para os demais entes federados.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A LRF determina o montante de 60% da receita corrente líquida para despesas com pessoal (para entes estaduais e municipais) e 50% para União. Art. 19, I a III.

- 104 O município cumpriu a lei ao não computar o valor pago a título de indenizações ao servidor demitido no cálculo da receita corrente líquida.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O valor das indenizações relativas a demissão de servidores não devem ser contabilizadas no cômputo da receita corrente líquida. Art. 19 da LRF.

- 105 As penalidades previstas aos entes que descumprem o limite de despesa total com pessoal incluem o impedimento para a realização de quaisquer operações de crédito.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Conforme o art. 23 da LRF, § 3.º “Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal”.

Considerando que determinado ente público tenha recebido vários equipamentos de informática, decorrentes de aquisição não parcelada previamente autorizada em orçamento, e que, dado o encerramento do exercício, o pagamento não tenha sido realizado, julgue os itens a seguir.

- 106 Considerando-se os estágios da despesa, a situação descrita alcançou a etapa da liquidação.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A liquidação é momento em que o fornecedor entrega o bem e(ou) serviço ao poder público.

- 107 O gestor orçamentário deverá incluir o valor a ser pago em restos a pagar não processados.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O material foi entregue, então houve liquidação. Logo, a inscrição será em restos a pagar processado.

- 108** Esse tipo de passivo corresponde a uma dívida fluante.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A dívida fluante compreende:
 I – os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
 II – os serviços da dívida a pagar;
 III – os depósitos;
 IV – os débitos de tesouraria.

A respeito das receitas públicas, julgue os próximos itens.

- 109** A obtenção de recursos através da colocação de títulos públicos no mercado, com futura restituição ao adquirente, é uma receita corrente patrimonial.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A venda de títulos públicos no mercado representa operação de crédito que forma a dívida pública.
- 110** Quando o ente público realiza a venda de bens imobilizados que compõem seu patrimônio, ele obtém uma receita de capital.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A alienação de bens configura uma das modalidades de receita de capital previstas na Lei n.º 4.320/1964.

Julgue o item a seguir, com base na Lei distrital n.º 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal.

- 111** O acesso a informações pessoais é restrito, pelo prazo de cem anos, desde a sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referam, independentemente da classificação de sigilo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o art. 33, § 1.º, I, do Decreto distrital n.º 4.990/2012.

Adalberto, servidor da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, contratou, por dispensa de licitação, uma empresa para a aquisição de vacinas contra o coronavírus. A empresa era fornecedora exclusiva da vacina, conforme atestado com timbre do Ministério da Saúde apresentado oportunamente pela empresa.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, de acordo com as disposições da Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/1993).

- 112** Adalberto agiu corretamente ao contratar a empresa por dispensa de licitação, uma vez que aquela era fornecedora exclusiva da vacina contra o coronavírus.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante o disposto no art. 25 da Lei n.º 8.666/1993, tratando-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, e não de dispensa, cujas hipóteses são previstas no art. 24 da mencionada lei.
- 113** Se comprovado que a empresa fraudou o atestado apresentado, a administração pública poderá aplicar-lhe a sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com ente público pelo prazo de até dois anos.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. As sanções administrativas, disciplinadas no art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, são utilizadas em caso de inexecução total ou parcial de contrato. A conduta da empresa em fraudar a licitação é enquadrada como crime, consoante o disposto no art. 90 da mencionada lei.
- 114** Se ficar comprovado que Adalberto agiu em conluio com a empresa fornecedora da vacina, ele poderá ser indiciado por tal conduta, que enseja pena de detenção e multa.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Dispõe o art. 89 da Lei n.º 8.666/1993 que é aplicável a pena de detenção e multa a quem “dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade.”.

- 115** Em caso de superfaturamento na venda das vacinas, tanto Adalberto quanto a empresa responderão solidariamente pelo dano causado à fazenda pública.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A responsabilidade solidária entre empresa e agente público em caso de superfaturamento está prevista no art. 25, § 2.º, da Lei n.º 8.666/1993.

Acerca de pregão e de sistema de registro de preços no âmbito do Distrito Federal (DF), julgue os itens a seguir.

- 116** Os interessados em participar de processo de licitação na modalidade pregão devem apresentar garantia de proposta, que terá o mesmo prazo de validade das respectivas propostas.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. É vedada a exigência de garantia de proposta em licitação na modalidade pregão.
 Lei n.º 10.520/2002: “Art. 5º É vedada a exigência de: I – garantia de proposta;”.
- 117** A convocação dos interessados em participar de licitação na modalidade pregão no DF deve ocorrer por meio de publicação de aviso na imprensa oficial e em sítio eletrônico oficial do DF, podendo, alternativamente, ser feita em sítio eletrônico oficial da União.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A convocação, no DF, deve ocorrer pela imprensa oficial e pelo sítio eletrônico do ente federativo, além de, alternativamente, poder ser utilizado sítio eletrônico da União.
 Lei n.º 10.520/2002: “Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: I – a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso na imprensa oficial e em sítio eletrônico oficial do respectivo ente federativo, facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, alternativamente, a utilização de sítio eletrônico oficial da União, conforme regulamento do Poder Executivo federal;”.
- 118** A indicação da dotação orçamentária é exigida para licitação para registro de preços na modalidade pregão.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Na licitação para registro de preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária.
 Decreto distrital n.º 39.103/2018: “Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado. (...) § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”.

119 Situação hipotética: Determinado órgão público realizou licitação para registro de preços, porém, por motivo superveniente, o preço que havia sido registrado tornou-se superior ao praticado no mercado. **Assertiva:** Nessa situação, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores para negociar a redução dos preços, mas eles poderão recusar a proposta sem sofrer qualquer penalidade, ficando liberados do compromisso que haviam assumido.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Os fornecedores podem recusar a proposta de redução de preços, sem aplicação de penalidade, ficando liberados do compromisso assumido.

Decreto distrital n.º 39.103/2018: “Art. 18. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. § 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.”.

120 Situação hipotética: Uma secretaria de estado do DF realizou licitação para registro de preços, e uma secretaria correlata de determinado estado da Federação, que não havia participado do certame licitatório, deseja, agora, aderir à respectiva ata. **Assertiva:** A autorização de adesão à ata de registro de preços somente poderá ocorrer se já tiver sido realizada alguma aquisição ou contratação por órgão participante do registro de preços.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A adesão somente pode ocorrer após a aquisição ou contratação por órgão participante do registro de preços.

Decreto distrital n.º 39.103/2018: “Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. (...) § 5º O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão a ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão participante do Registro de Preços, com exceção dos órgãos e entidades do Distrito Federal.”.

Espaço livre

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Ao assumir a gestão de um órgão público, determinado administrador identificou a necessidade de reformulação do planejamento estratégico, a fim de promover uma adequada orientação quanto aos objetivos a serem cumpridos para o alcance da visão e da missão organizacional. Para tanto, solicitou à sua equipe de assessoramento a realização de uma análise SWOT sobre o órgão. Ao receber o resultado dessa análise, identificou que a melhor estratégia a ser adotada pelo órgão seria uma estratégia de crescimento. Partindo disso, solicitou também à equipe a elaboração de uma matriz GUT.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Apresente o conceito e a finalidade da análise SWOT. [valor: 8,00 pontos]
 - 2 Discorra sobre as quatro dimensões da sigla SWOT. [valor: 18,00 pontos]
 - 3 Identifique as dimensões da análise SWOT que caracterizam o cenário predominante no órgão público mencionado na situação hipotética, tendo em vista a indicação da estratégia de crescimento. [valor: 4,00 pontos]
 - 4 Apresente o conceito e a finalidade da matriz GUT. [valor: 8,00 pontos]
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
